



## **PANORAMA DA EJA NO PROCESSO DA (IM)PERMANÊNCIA ESCOLAR E OS SEUS ESTUDANTES TRABALHADORES**

**Jameson Brandão de Souza <sup>1</sup>**

<sup>1</sup> Mestrando em Educação de Jovens e Adultos – PPGEJA/UNEB. Professor na Rede Estadual de Educação da Bahia, atuante na Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM. Membro do grupo de pesquisa Formação, Trabalho e Itinerários Juvenis (FORTIS/UNEB/CNPq). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB. E-mail: [jamesonsouza72@gmail.com](mailto:jamesonsouza72@gmail.com)

### **EIXO TEMÁTICO 5: MUNDO DO TRABALHO E JUVENILIZAÇÃO DA EJA**

#### **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as discussões em torno da temática da (im)permanência escolar de jovens e adultos, articulando-as às perspectivas que envolvem a relação entre trabalho e educação. O estudo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, de natureza básica que contempla produções acadêmicas sobre o assunto, buscando evidenciar os principais aportes teóricos que dialogam com a proposta, com uma abordagem qualitativa, sustentada em referenciais teóricos de autores como Maria Clara Di Pierro (2025), Pedro José de Lara (2011), Miguel Rodrigues de Almeida (2008), dentre outros, os quais contribuem para ampliar o entendimento da relação entre trabalho, educação e permanência escolar, observando ainda as questões que abrangem as desigualdades sociais e raciais da população brasileira. A relevância deste estudo justifica-se pela recorrência do fenômeno da (im)permanência escolar, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), configurando-se como um desafio persistente nas instituições escolares. Tal problemática demanda revisão crítica e aprofundamento acerca das circunstâncias e fatores já discutidos por diferentes pesquisadores, de modo a compreender melhor suas múltiplas dimensões do panorama contemporâneo.

#### **INTRODUÇÃO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), ocupa um lugar estratégico nas políticas educacionais brasileira, por representar a possibilidade de reparação histórica frente às desigualdades sociais que, ao longo do tempo, limitaram o acesso de grande parte da população à escolarização.

Essa modalidade de ensino da educação básica ainda enfrenta inúmeros desafios, entre os quais se destaca o fenômeno da “evasão escolar”, que ao longo desta escrita será tratada como (im)permanência escolar, termo adotado. A (im)permanência de estudantes jovens e adultos nos espaços escolares não se restringe a uma dificuldade individual, mas reflete as condições sociais, econômicas, culturais e históricas que permeiam a vida desses sujeitos.

Este estudo tem como objetivo analisar as discussões em torno da temática da (im)permanência escolar de jovens e adultos trabalhadores na EJA. Diante desse cenário,



adota-se a pesquisa de natureza básica com uma revisão bibliográfica de caráter qualitativo, ancorada em referenciais teóricos como Maria Clara Di Pierro (2025), Pedro José de Lara (2011), Miguel Rodrigues de Almeida (2008), entre outros, que contribuem para ampliar o entendimento sobre as múltiplas dimensões que atravessam a EJA e a (im)permanência escolar.

A relevância deste estudo justifica-se pela recorrência e persistência do fenômeno da (im)permanência escolar dos sujeitos, especialmente no âmbito da EJA, que continua a se configurar como um desafio para as instituições educacionais e para a efetivação do direito à educação.

## OS SUJEITOS TRABALHADORES DA EJA

A realidade encontrada hoje na educação voltada para EJA, é fruto de um processo histórico, no qual, a escravidão e a falta de ações governamentais para o povo negro no pós-escravidão de maneira oficial, reverberaram na realidade desigual, divisão de classes e uma “meritocracia” questionável. Saviani (2007) destaca a educação oferecida ao longo da história para o povo escravizado, os mais vulneráveis e os menos vulneráveis. A realidade social desses sujeitos revela o processo histórico na qual foram submetidos a população, especialmente, a negra.

D'Maschio (2025, s.p), destaca que “a modalidade também concentra o maior percentual de alunos pretos e pardos (76,8%), reflexo das profundas desigualdades sociais e raciais na educação brasileira”. Carneiro (2023), informa que existe uma desigualdade extrema no Brasil, seja econômica, social e racial, sendo que maior parte das pessoas brasileiras são negras, o que reverbera num olhar mais político, sobre os espaços ocupados e os corpos mais criminalizados, refletindo na educação, alcançando os sujeitos da EJA.

Os sujeitos da EJA exercem múltiplas atividades laborais. Conforme Reichardt e Silva (2020), o público da EJA é composto, em grande parte, por pessoas em situação de marginalização e pobreza, residentes em áreas rurais ou periféricas, desempregados, indivíduos que enfrentam exclusão racial, com baixa escolaridade e oriundos de famílias desestruturadas, entre outros fatores. Esses sujeitos exercem trabalho remunerados, não remunerados, com vínculo empregatício ou sem, estando, muitos deles, na informalidade e no subemprego.

Ao adentrar esta discussão, é necessário salientar que os sujeitos da EJA são diferentes conforme regiões, tendo em vista sua realidade e contexto social, socioeconômico ao qual vive, dessa forma, vale destacar que “as regiões Nordeste e o Norte apresentam as maiores proporções de pessoas sem educação básica (56,6% e 52,6%, respectivamente), demonstrando desigualdade regional na conclusão dos ciclos básicos. (MPO, 2025, p.3)

Há várias menções que reconhece que a EJA abarca o público de sujeitos trabalhadores. Tendo em vista esse reconhecimento, desse sujeito, em inúmeras faces do trabalho e a busca pelo mesmo, as propostas pedagógicas devem ser voltadas e “linkadas” com a vida pessoal do sujeito e da sua comunidade, como alertou Freire (2001).

As transformações decorrentes das mudanças demográficas, da Quarta Revolução Industrial, da globalização e da mudança climática têm alterado profundamente o mercado de trabalho, exigindo novas competências e trajetórias profissionais mais complexas. (CONFINTEA VII, Marco de Ação de Marrakech, 2023).



Diante disso, torna-se essencial oferecer educação e aprendizagem ao longo da vida, com flexibilidade e equidade, incluindo requalificação, orientação profissional e apoio ao desenvolvimento de carreira, trabalho decente e empreendedorismo. Além disso, o envelhecimento populacional demanda adaptar a educação de adultos, valorizando sua preparação para atividades pós-trabalho, bem-estar e participação ativa na sociedade. (CONFINTEA VII, Marco de Ação de Marrakech, 2023).

A pressão pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) cresceu a partir da década de 1950, período em que o Brasil se industrializava e experimentava expressivo crescimento econômico e aumento da demanda por trabalhadores mais qualificados. (MPO, 2025, p.5)

Destaca-se que “O acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para a reprodução da vida, e sua exclusão é também é a primeira forma de negação desse direito básico da cidadania.” (CARNEIRO, 2023, p. 110) Nessa perspectiva que as ações devem seguir, compreender os sujeitos que estão na EJA, compreender que são sujeitos que buscam emprego, desenvolvem atividades laborais e qualificação profissional.

Os sujeitos da EJA revelam-se em múltiplas condições, mas, algumas situações são recorrentes, são garridas no território brasileiro devido ao processo histórico de formação do Brasil, a divisão social, racial, de acessos, entre outros. Há uma recorrência das atividades laborais dentre as discussões e vida das pessoas da EJA.

Em um estudo de caso, realizado por Almeida, revelou que muitos sujeitos da EJA

[...] tiveram que abandonar a escola para trabalhar, com a finalidade de complementar a renda da família, dentre outros problemas de caráter sociocultural e econômico, inerentes à condição existencial, imposta pela relação de poder numa sociedade eminentemente capitalista e de grandes desigualdades sociais, implicando ainda noutros fatores ou questões intra-escolares que interferem negativamente na formação da classe trabalhadora [...] (Almeida, 2008, p. 45)

Com o olhar para o processo histórico brasileiro, nas relações de trabalho, revelam a necessidade de sobrevivência da população ao longo dos anos, e a sua formação torna-se comprometida devido ao trabalho ser parte primária nas escolhas dos sujeitos, tendo em vista o processo de sobrevivência em uma sociedade que é movimentada pelo capital, o que pode ser observado acima com Almeida (2008).

Vale ressaltar que, para Lara (2011), os sujeitos da EJA adentram a essa modalidade por inúmeros motivos, dentre eles, a vontade de aprender, exigências do trabalho, a busca por melhores oportunidades de trabalhos, busca por trabalho com carteira assinada. O retorno ou entrada na EJA está diretamente ligada a necessidade do conhecimento formal, seja para auxílio das atividades laborais que exercem diariamente, como fazer contas, escrever e ler, conforme relatou uma pessoa entrevistada por Lara em seu estudo.

Ainda, ao entrarem na EJA, conforme Lara (2011), esses sujeitos apresentam muitos conhecimentos práticos de vida e muitas expectativas ao iniciarem esses estudos. Assim, valorizar o conhecimento dos sujeitos a partir de sua jornada, pode auxiliar no seu processo formador, como dialoga com Paulo Freire (1989), remetendo o diálogo e o pensamento sobre a leitura de mundo.

## METODOLOGIA



A presente pesquisa caracteriza-se como de natureza básica, qualitativa, com objetivos de pesquisa bibliográfica. A escolha desse delineamento justifica-se pelo interesse em compreender, de forma crítica e interpretativa, o fenômeno da (im)permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando as múltiplas dimensões existentes entre trabalho e educação, culturais e econômicas que atravessam a experiência educacional desses sujeitos.

A revisão bibliográfica, entendida como uma estratégia de investigação que permite reunir, analisar e interpretar a produção acadêmica existente sobre determinado tema. Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo proporcionar um exame amplo do conhecimento já construído, possibilitando a identificação de diferentes perspectivas teóricas e o aprofundamento do objeto de estudo.

Para a construção do corpus analítico, foram selecionados livros, artigos científicos e dissertações que abordam a relação entre trabalho, educação e permanência escolar, com ênfase em estudos voltados à EJA. A escolha do material baseou-se em critérios de relevância e estudos realizados na área da impermanência escolar dos sujeitos da EJA, considerando ainda autores de referência no campo pesquisado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidencia que essa modalidade educacional é atravessada por marcas históricas de desigualdade social, racial e econômica, que têm origem no processo de escravização e na ausência de políticas reparatórias consistentes no pós-abolição. Nesse sentido, a predominância de estudantes pretos e pardos na EJA reafirma como a educação, no Brasil, reproduz desigualdades estruturais que atingem, de modo mais contundente, os grupos historicamente marginalizados.

Ao mesmo tempo, constata-se que os sujeitos da EJA são, em sua maioria, trabalhadores que conciliam diferentes formas de ocupação laboral, muitas vezes precárias e informais, com a busca pela escolarização. Essa realidade revela a necessidade de propostas pedagógicas que dialoguem diretamente com o cotidiano e a comunidade desses indivíduos, conforme já apontava Freire (2001), articulando educação, trabalho e vida social.

As transformações no mundo do trabalho, impulsionadas pela globalização, pelas mudanças tecnológicas e pelas transições demográficas, ampliam os desafios, mas também reforçam a importância de uma educação de jovens e adultos pautada pela flexibilidade, equidade e pela perspectiva da aprendizagem ao longo da vida. Assim, a EJA precisa ser pensada como espaço não apenas de compensação educacional, mas de promoção da cidadania, de preparação para o trabalho decente e de fortalecimento do protagonismo social dos estudantes.

Compreender os sujeitos trabalhadores da EJA é reconhecer sua centralidade no debate sobre inclusão, justiça social e direito à educação. Políticas públicas efetivas devem ser orientadas para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a valorização desses estudantes, de modo que a educação se constitua como instrumento real de emancipação e transformação social.

Esse movimento demonstra que trabalho e educação não podem ser compreendidos como esferas isoladas, mas como dimensões ontológicas e históricas do ser humano, essenciais



para a construção de sua própria existência e da coletividade. Nesse contexto, a proposta de uma educação politécnica, que articula conhecimento científico, formação intelectual e prática laboral, aponta para a superação da fragmentação entre instrução e produção, favorecendo uma formação integral.

No cenário contemporâneo, em especial no século XXI, essa discussão ganha relevância ao se considerar a realidade dos sujeitos trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e das iniciativas como o Proeja, que buscam integrar a formação básica e profissional. No entanto, os desafios ainda são expressivos, sobretudo pela permanência de desigualdades históricas, pela não concretização de metas do Plano Nacional de Educação (2014–2024) e pela necessidade de políticas públicas mais efetivas e contextualizadas.

A análise da (im)permanência escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidencia que os desafios enfrentados por essa modalidade são históricos e multifacetados, refletindo tanto as desigualdades estruturais da sociedade brasileira quanto as fragilidades nas políticas públicas educacionais. O declínio contínuo das matrículas nos últimos anos revela não apenas a dificuldade de acesso, mas também a ausência de condições adequadas de permanência, especialmente para sujeitos trabalhadores, mulheres com responsabilidades de cuidado, população negra e moradores de áreas rurais e periféricas.

Ao reconhecer os sujeitos da EJA como trabalhadores e cidadãos de direitos, reafirma-se que a permanência escolar deve ser prioridade nas agendas governamentais e sociais. Mais do que garantir matrículas, trata-se de assegurar uma educação de qualidade, emancipadora e transformadora, capaz de responder às demandas concretas da vida adulta e de contribuir para a redução das desigualdades que historicamente marcam o país.

**Palavras-chave:** EJA; (Im)permanência escolar; trabalho e educação; Desigualdade social e racial.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Miguel Rodrigues de. **Educação de Jovens e Adultos no município de Senhor do Bonfim-Ba: relação entre a prática docente e a evasão escolar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2008, 99p.
- ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- DI PIERRO, M. C. **Educação de jovens e adultos: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2025.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo, Autores associados, Cortez, 1989.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LARA, Pedro Jose de. **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS E EVASÃO NO MUNICÍPIO DE CÁCERES-MT**. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA, Presidente Prudente, Biblioteca Depositária: Rede de Bibliotecas da Unoeste, 2011, 99p.
- MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento. **Relatório Ex Ante – Novo EJA**. Brasília: MPO, 2024.
- SAVIANI, Dermeval. “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, n. 34, 2007.



UNESCO/UIL. **Marrakech Framework for Action – CONFINTEA VII.** Hamburgo: UNESCO  
Institute for Lifelong Learning, 2022.